

POLISSEMIA E METÁFORA NO PARADIGMA VERBAL DO PORTUGUÊS — O VERBO COLHER

“... mas para que servem as metáforas? O papel de uma metáfora é, geralmente, o de esclarecer um conceito pouco familiar relacionando-o com um conceito que é mais familiar — e não o inverso. Se num seminário de física teórica tentássemos explicar um conceito muito técnico da teoria quântica dos campos comparando-o com o conceito de aporia na teoria literária de Derrida, os físicos nossos ouvintes perguntariam, com razão, que outro objectivo teria a introdução da metáfora, para além de o de exhibir a nossa erudição.” (SOKAL, A. / BRICMONT, J. 1999: 25)

0. No excerto supra-transcrito, Sokal e Bricmont põem a descoberto usos de linguagem deliberadamente obscuros em textos científicos da actualidade: menosprezam o emprego da linguagem figurativa enquanto ornamento intencional do discurso, e valorizam a sua utilidade enquanto instrumento de compreensão, de simplificação de conceitos técnicos e de formalizações abstractas. As considerações dos autores de *Imposturas Intelectuais* não deixam, todavia, de sintetizar, com acutilante precisão, aquilo que também hoje a semântica cognitiva entende ser o papel central da metáfora: estruturar, simplificar e clarificar os conteúdos conceptuais que não se apresentam directamente intuitivos ao sujeito falante/utente de determinada língua.

Serve este comentário preliminar para circunscrever a noção de metáfora que aqui pretendemos tratar: aquela que, do ponto de vista da interacção linguística, coloca os falantes numa posição simétrica de entendimento mútuo. Situando-nos, deste modo, no plano lexical, e, muito particular-

mente, no paradigma verbal do português, excluímos do escopo de reflexão deste artigo a discussão do papel da metáfora enquanto ‘tropo’¹, por julgar mais relevante trazer à discussão outras dimensões ainda frequentemente negligenciadas, tanto pelos manuais escolares, como pela própria bibliografia estilística: o seu carácter cognitivo.

Ora, se a metáfora a que nos referimos constitui uma manifestação linguística de um processo cognitivo partilhado, qualquer tipo de texto, seja ele de carácter geral, ou específico, bem como qualquer acto discursivo, será, potencialmente um *locus* de metáforas². Utilizaremos, por isso, um *corpus* de representações linguísticas autêntico e não fabricado, extraído do discurso oral e escrito dos “media”, e que instancia diferentes cenários alternativos para a mesma categoria lexical — o verbo *colher* — que será o objecto central da análise. O recurso a quadros situacionais do uso linguístico actual apresenta a vantagem de permitir mais facilmente o correlacionamento da categoria verbal em foco, com o contexto sócio-cultural, que envolve as suas actualizações e que é específico da comunidade linguística portuguesa.

1. Transparência em vez de opacidade

Se falar de metáfora numa perspectiva que não contemple a sua dimensão de figura de retórica é, de algum modo, uma abordagem atípica

¹ Para uma explicação detalhada do conceito de *tropo* consulte-se o prefácio de M. Vilela à tradução portuguesa da obra de Le Guern (1974: 8-10).

² O recentemente publicado livro de Andrew Goatly (no qual o autor discute as mais actuais teorias linguísticas relevantes para um entendimento cabal da linguagem figurativa nos diversos contextos sociais), deixa patente, logo na nota introdutória, a questão que estou a debater: “WHY IS METAPHOR IMPORTANT?” (1997:1), interrogação à qual Goatly contropõe uma afirmação de Locke, de acordo com quem a utilização da linguagem figurativa não serviria outro fim senão o de insinuar ideias erróneas, mover paixões, e, desta forma, distorcer o raciocínio lógico.

Todavia, se é um facto que, tal como o mesmo autor escreve: “Over the last thirty years, however, philosophers, psychologists and linguistics have begun to agree that metaphor is not something that can be easily confined, but is an indispensable basis of language and thought” (1997:1), é também facto irrefutável que esta consciencialização interdisciplinar não parece ter saltado para fora das torres de marfim académicas. Há indiscutivelmente uma vasta fatia da população escolarizada que não teve ainda acesso à abordagem cognitiva da metáfora.

(principalmente no quadro de investigação português), mais atípica e eclética poderá parecer a associação entre polissemia e metáfora, se considerarmos que estes mecanismos são correntemente concebidos como não correlacionáveis. Parece ser também verdade que polivalência significativa e metáfora surgem comumente associadas ao texto literário e entendidas como explorações intencionais dos mecanismos organizadores da linguagem, e, por isso mesmo, *desvios*, *deslizes*, *violações* desencadeadas por motivações de ordem meramente estética. Não são, todavia, essas, as ilações que se retiram quando se procura em obras de referência uma definição do conceito de polissemia:

“...falamos de **polissemia** /.../ quando leis relativamente gerais³ fazem passar uma significação a outra e permitem assim prever a variação. Assim, uma figura de retórica, a metonímia /.../ permite compreender que a palavra “viola” tanto pode designar o instrumento musical como o músico”. (Ducrot e Todorov, 1991:286).

A relação entre o fenómeno polissémico e a metonímia, deixada ante-ter pelos autores, é extensível à metáfora, pois, na verdade, as referidas *leis relativamente gerais que fazem passar uma significação a outra* são, no âmbito da semântica cognitiva, a própria metonímia e a metáfora, mas agora perspectivadas como mecanismos com elevados níveis de estruturação interna⁴. Deste modo, a polissemia terá de ser reconceptualizada, não como uma característica circunscrita ao texto literário, mas como uma característica afecta à linguagem em geral, e, portanto, como um resultado natural da categorização humana⁵.

³ O sublinhado é nosso.

⁴ Note-se que o reconhecimento da importância de determinadas figuras de estilo, não é um dado novo trazido pela semântica cognitiva. Tal como refere M. Vilela, no prefácio da obra de Le Guern: “Roman Jakobson /.../ relaciona as duas mais importantes figuras a retórica tradicional, a metáfora /.../ e a metonímia /.../, com as duas categorias principais da linguagem — a selecção (para a metáfora) e a combinação (para a metonímia)” (Le Guern 1974:10). O que se verifica, no entanto, é um excesso de preocupação centrada no estudo do *efeito*, em detrimento do estudo do *mecanismo* em si.

⁵ Como refere o investigador A. Silva (1992:316): “Metáfora, metonímia e sinédoque são um dos principais factores de criatividade e dinâmica lexical. Dele resulta (ou ele determina), ora a pluralidade de significados de uma mesma palavra, isto é, a *polissemia*, ora a criação de novas palavras (*neologia*, formação de palavras) ou expressões (*fraseologia*). E é naturalmente decisivo na mudança semântica”.

Para evidenciar a regularidade do mecanismo metafórico no léxico podemos, certamente, recorrer a um número infinito de exemplos. Seleccionámos, para tal efeito, a categoria lexical *colher*, enquanto instância integrante do paradigma verbal do português, pelo que descreveremos, aliçados em princípios de natureza cognitiva, alguns dos sentidos que têm vindo a irromper do seu interior, dilatando o campo referencial de aplicação⁶.

1.1 Hipótese e objectivos do estudo

A observação do uso linguístico actual oferece evidências várias para acreditar que o verbo *colher* não é uma categoria tão simples quanto à primeira vista possa parecer. Eis alguns dos cenários:

- (1) *Agricultores esperam colher uvas de melhor qualidade este ano...* (TSF, 99-08-12).
- (2) *Os cientistas /.../ colheram as células da teta da ovelha prenhe...* (Expresso, 97-03-15).
- (3) *Governo está a colher os frutos que semeou.* (Expresso, 97-07-12).
- (4) *Bruxelas colhe com hesitação a nova proposta do governo português..* (TSF, 98-06-13).
- (5) *... Uma carrinha despistou-se e acabou por colher três transeuntes...* (TSF, 98-03-03).
- (6) *Os benefícios que se podem colher com a terapêutica de substituição são inúmeros.* (Canal 1-Maria Elisa, 97-05-01).⁷

Muitos outros exemplos instanciadores de cenários alternativos poderiam ser apresentados, a fim de corroborar a natureza complexa, multifacetada e fluida de um verbo cuja arquitectura semântica, erguida a partir do seu valor prototípico, reflecte uma inegável importância sócio-cultural, histórica e religiosa, no âmbito de uma comunidade linguística edificada e

⁶ No prefácio de *The Body in the mind*, Mark Johnson (1987:xii) insiste na necessidade urgente de se reavaliarem os conceitos redutores fortemente enraizados na semântica objectivista: "... The traditional account for meaning has never come to grips with the full range of cases of polysemy. Recent studies indicate why this is so: Polysemy involves the extension of a central sense of a word to other senses by devices of human imagination, such as metaphor and metonymy, and there is no place for this kind of account in the objectivist view".

⁷ Os sublinhados são nossos

escorada, até meados da década de 60, em valores fortemente dependentes da cultura da terra.

Consustanciamos, por isso, a hipótese de partida em duas premissas: **(a)** trata-se de complexo polissémico cujos valores semânticos são organizados por uma rede de analogias estruturais (projeções metafóricas) que encontram motivação nas dimensões cognitivamente mais relevantes do seu valor prototípico⁸; **(b)** não obstante a multiplicidade de sentidos que este verbo pode actualizar, no uso linguístico actual sobressaem, fundamentalmente, dois modelos metafóricos: o modelo de *posse abstracta* e o modelo de *aritmética moral*, os quais só poderão ser satisfatoriamente descritos, e cabalmente compreendidos, com recurso a uma análise semântica *experencialmente* fundamentada.

Num plano lato, este estudo encerra ainda os seguintes objectivos: **(i)** contribuir para a divulgação do paradigma cognitivo em semântica lexical, tanto no que respeita ao instrumentário teórico disponibilizado, como aos modelos de análise passíveis de facultar o aprofundamento, ou, pelo menos, o acréscimo de novas perspectivas à descrição/investigação do léxico do português, em geral, e do paradigma verbal, em particular; e **(ii)**, problematizar as ‘mais-valias’ de uma abordagem *experencialista* do fenómeno polissémico, ancorada no conceito de metáfora conceptual.

1.2 Materializar o imaterial: experientialismo, esquemas de imagem e metáfora

Antes ainda de encetar a análise dos dados linguísticos coligidos, é necessário clarificar a orientação metodológica seguida. A semântica cognitiva, contrariando a tradição milenar (objectivista)⁹ da epistemologia

⁸ Entenda-se por valor prototípico o exemplo mais saliente de uma categoria, a instância típica que tende a funcionar como ponto de referência cognitivo para a assimilação de outros elementos.

⁹ Posição que o autor descreve claramente através da frase: “The world is as it is...”, acrescentando ainda que: “... no matter what any person happens to believe about it /.../ there is one correct “God’s-Eye-View” about what the world really is like. In other words, there is a rational structure to reality, independent of the beliefs of any particular people, and correct reason mirrors this rational structure.” (1987:x). Adiante veremos que toda a teorização linguística desenvolvida por este autor é orientada no sentido de provar a inadequação da referida posição epistemológica à realidade dos evidências linguísticas disponíveis.

ocidental, sustenta-se numa abordagem do significado linguístico que emerge com o nome de *experientialismo*. A célebre dicotomia cartesiana corpo/mente é substituída por uma concepção dita *corporizada* do sistema conceptual, a qual se julga fundamental para a construção e compreensão das categorias linguísticas. Deste modo, passa a haver articulação entre dois planos tradicionalmente considerados distintos e inarticuláveis: o significado linguístico e o universo antropocultural que enrreda os sujeitos falantes¹⁰. Daqui se retiram as seguintes implicações: o fenómeno polissémico, *experientialmente* entendido, converterá a análise semântica num estudo inevitavelmente enformado pelo tecido complexo de experiências que os sujeitos falantes de determinada comunidade adquirem, via perceptual, físico-motora e sócio-cultural.

São inúmeras as evidências lexicais que validam a hipótese de que grande parte dos processos cognitivos, que enformam a linguagem, é dependente de raciocínios metafóricos alicerçados em experiências físicas pré-conceptuais, fundamentalmente vividas durante a infância (Lakoff & Johnson, 1980). Relegamos para uma fase posterior a apresentação de algumas dessas evidências, a fim de, antes, apresentar um outro conceito fulcral ao nosso estudo — a noção de *esquemas de imagem*.

A significação lexical escora-se em dois níveis da cognição humana, sendo o primeiro nível construído a partir de experiências sensório-motoras

¹⁰ A expressão ‘estrutura corporizada’ procura reflectir o conceito de ‘embodiment’, o qual preconiza que a compreensão humana opera através de estruturas decorrentes da interacção do organismo com o meio-ambiente que o rodeia. Deste modo, tal como afirma Johnson (1987:xxxviii): “... as animals we have bodies connected to the natural world, such that our consciousness and rationality are tied to our bodily orientations and interactions in and with our environment. Our embodiment is essential to what we are, to what meaning is, and to our ability to draw inferences and to be creative”.

Para um enquadramento interdisciplinar desta temática, consulte-se a obra de Damásio (1994), a qual explora em profundidade as inconsistências da dicotomia cartesiana que separa a *res cogitans* (mente) do ser humano, da *res extensa* (corpo). Adiantamos, todavia, que, para o referido neurologista, é inaceitável a ideia de uma *mente descorporalizada*. Por isso, enquanto capacidade cognitiva, a linguagem também não pode ser considerada um mecanismo autónomo isolado das restantes capacidades cognitivas, tais como a memória, a imaginação e a atenção. E, não pode, também, ser despojada de todas as influências resultantes da interacção do organismo físico do sujeito falante com o meio ambiente físico e social.

elementares, que Johnson (1987) designou como *esquemas de imagem*. Trata-se de estruturas pré-proposicionais dinâmicas, *i.e.*, de padrões de forma e regularidade, emergentes dos movimentos físicos que o sujeito falante efectuou, durante a infância, através do espaço físico¹¹. Os mais elementares esquemas de imagem são o *esquema contentor*, cuja base experiencial é o corpo humano, na medida em que este constitui a barreira através da qual operamos a distinção dentro/fora; o *esquema percurso*, que se estrutura a partir da experiência básica da deslocação motora; o *esquema de força, escala, balança, ligação escala, ciclo*, entre outros¹². Tais estruturas reflectem, naturalmente, aspectos básicos, elementares da experiência humana¹³.

A um segundo nível da cognição operam as *estruturas imaginativas* (Johnson, 1987) — metáfora e metonímia — que permitem ao sujeito falante categorizar o conhecimento não directamente intuível, a partir do mundo sensorio. Na sua essência, e, entendida deste modo, a metáfora possibilita a compreensão de um conceito, através de um molde (ou um cenário de expectativas) disponibilizado por uma experiência anterior. Ou, de outro modo, transfere o conhecimento de um domínio “bem compreendido”/ estruturalmente rico, para um domínio “mal compreendido”/estruturalmente mais empobrecido. É por esta razão, que no âmbito cognitivo, a noção de metáfora corresponde a um *idealized cognitive model* (ICM) ou, *modelo cognitivo idealizado* (Lakoff, 1987), *i.e.*, um conjunto de correspondências operatórias entre dois domínios: o domínio-origem [D.O.] constituído pelas experiências sensoriais do quotidiano, instanciadas no mundo físico e o domínio-alvo [D.A.], claramente mais afastado da experiência quotidiana, tipicamente correspondente a domínios teóricos, idealizados, não directamente intuíveis. O terceiro elemento a considerar na

¹¹ Dessas experiência fazem fundamentalmente parte as interações perceptuais e a manipulação de objectos.

¹² Para uma leitura aprofundada sobre cada um dos referidos esquemas consulte-se Johnson (1987: 113-126).

¹³ Leia-se o que diz Damásio (1994:241): “As representações primordiais do corpo em acção constituiriam um enquadramento espacial e temporal, uma métrica, que poderia servir de base a todas as outras representações. A representação daquilo que construímos como um espaço de três dimensões poderia ser engendrada no cérebro com base na anatomia do corpo e nos padrões de movimento no meio ambiente”.

definição de ICM é a noção de *mapping*, a qual se sobrepõe à noção de metáfora. Por conseguinte, falar de metáfora, ou de *projecção metafórica*, equivalerá a considerar um conjunto de correspondências ontológicas que sancionam o(s) uso(s) metafóricos da linguagem do domínio-origem e os padrões de inferência transpostos para domínio-alvo.

Ora, atribuir ao mecanismo metafórico tal primazia e ubiquidade supõe, tal como já se antecipou, aceitar que a polissemia constitua um resultado natural da categorização linguística, decorrente da pressão contínua que as línguas sofrem em produzir novos sentidos, utilizando os recursos (léxico) já existentes. Mais ainda, a fluidez/ausência de limites rígidos (*fuzziness*) das categorias lexicais (que se ilustrou, com o verbo *colher*, em 1.2) parece constituir uma propriedade essencial de um sistema por natureza finito e “obrigado” a suprir o fluxo permanente de situações que reclamam, com urgência, uma categorização linguística. Observem-se, agora, outros enunciados:

- (7) *Não sou um teórico dos média, sou tão somente um jornalista e escritor que de há uns anos para cá se consagra a colher, a tratar e (a consumir) informação..... (TSF, 99/10/08)*
- (8) *A reportagem da TSF colheu alguns depoimentos que expressam a dor de Portugal ter perdido, hoje, a voz: Amália Rodrigues..... (TSF, 99/10/07)*¹⁴

Extraí-se dos exemplos apresentados um princípio geral: *corporizar*, inserindo visualmente no espaço físico domínios do conhecimento humano cujo sentido não é veiculável via percepção, parece ser uma tendência proporcionalmente crescente à multiplicidade de visões que irrompem de uma sociedade edificada a partir de uma economia, ela própria super-simbólica¹⁵. Ainda que não literários, os enunciados supra-transcritos, tal como

¹⁴ Os sublinhados são nossos.

¹⁵ Utilizaremos ao longo deste estudo a nomenclatura usada por A. Toffler. Refere este investigador de tendências sociais que: “Até agora a espécie humana suportou duas grandes vagas de mudança, cada uma das quais obliterou largamente anteriores culturas ou civilizações e substituiu-as por modos de vida inconcebíveis para os que chegaram antes. A Primeira Vaga de mudanças — a revolução agrária — levou milhares de anos a esgotar-se. A Segunda Vaga — a ascensão da civilização industrial —

uma vasta fatia do texto jornalístico que se apresenta diariamente aos nossos olhos, encontram-se perpassados de sentido figurativo. Torna-se, então, de acordo com o quadro esboçado, tarefa crucial da semântica investigar de que forma é que a metáfora atravessa os sistemas linguísticos contemporâneos, emprestando-lhes concretismo, bem como avaliar o modo como operam as transferências analógicas que o sujeito falante comum e/ou especializado emprega na rotina linguística quotidiana (tarefa vasta, para a qual, um estudo parcelar como este, constituirá não mais do que uma pequena contribuição).

Materializar o imaterial, visualizar o invisível... mas como? Como opera o sujeito falante essa metamorfose? Tomando como exemplo o enunciado (7) e substituindo o verbo sublinhado (*colher*) por um possível sinónimo contextual, 'obter', por exemplo, verifica-se que a *acuidade visual* invocada pela frase diminui, uma vez que foi anulada a transmissão do concretismo que havia sido emprestada pelo emprego figurativo de *colher*. Estamos a sugerir que, em determinadas situações comunicativas, se poderá manifestar preferência conceptual por categorias lexicais que convoquem uma imagética mais acentuada, capaz de conferir maior nitidez ao discurso. Todavia, de acordo com o quadro de objectivos traçado, interessa-nos, sobretudo, descobrir que relações estruturais estabelece o sujeito falante, quando faz uso figurativo do verbo em análise. E emerge, nesta linha de raciocínio, a hipótese de que o significado prototípico do verbo *colher* constitua o domínio-origem, o operador conceptual para a expressão de outro tipo de posse que não a prototípica (material), mas a abstracta. Logo, a consubstanciação desta hipótese pressupõe, necessariamente, uma reflexão sobre o seu significado prototípico, o qual nos parece ancorado num duplo fundamento experiencial (físico-motor e cultural) e uma proposta de esboço do(s) *mapa(s) conceptual(ais)* que sustenta(m) o modelo de posse abstracta.

leveu uns meros trezentos anos. Hoje a história é ainda mais acelerativa e é provável que a Terceira Vaga assole e se complete em poucas décadas." (A. Toffler, 1984: 14). Mais refere ainda, ao explicar as mutações sociológicas que estão a sofrer as sociedades de *terceira vaga*: "Até as operações de inteligência mediana que ainda requerem manipulação física de coisas se estão a tornar conhecimento-intensivas, subindo no espectro do trabalho intelectual." (1991:96). Verifica-se, por conseguinte, que a língua em geral terá necessariamente que reflectir esta tendência crescente e ubíqua para a abstracção.

2. Um verbo com duplo fundamento experiencial

Tomemos, como exemplo, o enunciado: *O João colheu maçãs verdes*¹⁶. Advogamos que aqui esteja condensado o duplo fundamento experiencial que motiva os modelos metafóricos de *posse abstracta* e de *aritmética moral*¹⁷. Mas, comecemos pelo primeiro fundamento experiencial: a dimensão físico-motora. É claramente observável a existência de similaridades entre aspectos da experiência sensório-motora e a estrutura sintáctico-semântica do evento prototípico: destacam-se no interior da cadeia accional dois arquétipos funcionais¹⁸: um Agente (*João*) e um Paciente (*maçãs*). Existem assimetrias básicas entre os dois intervenientes/participantes focais: o Agente é a entidade dinâmica/fonte de energia e o Paciente a entidade estática/repositório de energia. Por conseguinte, fazem parte deste cenário os quatro componentes físicos que estruturam as interacções prototípicas, tais como elas são descritas por Langacker (1991): espaço, tempo, substância material e energia.

Assume-se, desta forma, que o cenário prototípico configurado no enunciado: *O João colheu maçãs verdes*, seja instanciado por dois domínios básicos: o domínio espaço-temporal e o domínio da dinâmica de força¹⁹, tal como se pode ver representado na figura (1):

¹⁶ A análise incluída no ponto 2. deste artigo é parte integrante do capítulo IV da investigação de J.Fernandes (1998).

¹⁷ Se aceitarmos que pedir a uma amostra representativa de sujeitos falantes a produção espontânea de enunciados onde figure determinada categoria linguística poderá constituir um critério de partida para a determinação do valor *prototípico* dessa categoria, teremos de validar o enunciado acima apresentado como cenário experiencialmente prototípico.

Entendido na perspectiva apresentada, a noção prototípica de *protótipo* corresponderá ao melhor (mais saliente) exemplar de uma categoria linguística (Rosch, 1977). No entanto, considerado num plano estritamente cognitivo, *protótipo* será uma representação mental da instância (exemplar) típica, suficientemente flexível para, através de estruturas corporizadas e *imaginativas* (esquemas de imagem e metáfora), permitir a extensão do sentido central a novos sentidos (denominados periféricos). Sobre esta temática consulte-se também A. Silva (1997:36).

¹⁸ De acordo com Langacker (1991:85), os papéis semânticos possuem fundamentalmente o estatuto de arquétipos, na medida em que o seu estatuto não é linguístico, mas físico-motor.

¹⁹ Entende-se por domínio espaço-temporal o âmbito onde decorrem, em virtude de um lapso temporal e de uma progressão espacial, as mudanças/alterações das enten-

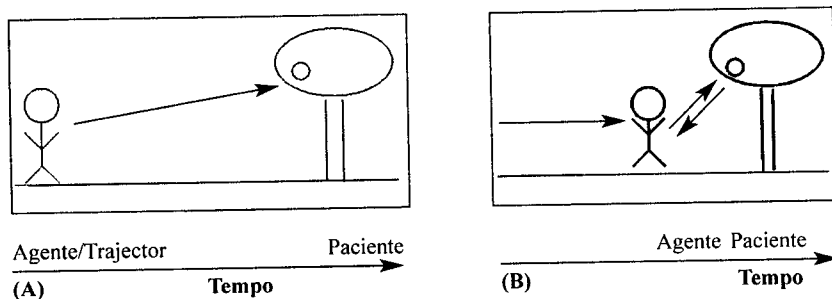


Fig. (1) — Desdobramento espaço-temporal de *colher*

A progressão do Agente/entidade movente, no espaço, impõe uma trajectória com um ponto de chegada definido, coincidente com o momento em que o Agente transporta o Paciente para a sua esfera de controlo. Ao efectuar o desdobramento espaço-temporal do evento verifica-se que a mudança de localização do Paciente decorre da progressão espacial do Agente e do respectivo lapso temporal. Por sua vez, reconsiderar o evento numa perspectiva de dinâmica de força pressupõe reavaliar o estatuto dos arquétipos que, nesta óptica, constituem a fonte e o repositório de energia, respectivamente. A ‘posse’ (prototípica) será, assim, consequência do fluxo energético que se imagina configurado por uma trajectória de tipo vai-vem. A figura (2) visa capturar imgeticamente esse movimento:

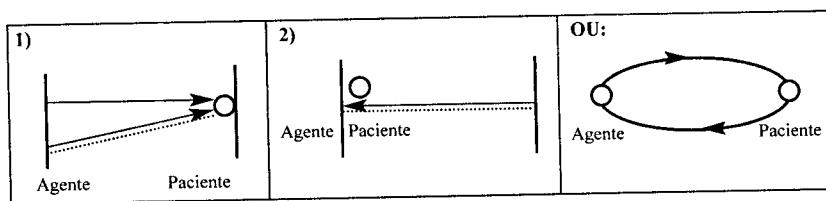


Fig. (2) — Dinâmica de força de *colher*

didades participantes em determinado evento. O domínio da dinâmica de força supõe a existência de duas entidades intervenientes, sendo a força focal o agonista (entidade que exerce prototipicamente a força) e o antagonista, a força opositora, ou contra-força. Tal como é configurada por Talmy (1988:96), a dinâmica de força é extensível a domínios não físicos.

Torna-se agora viável avançar com uma possível definição esquemática do conteúdo semasiológico fundamental do verbo: transportar entidade para dentro da esfera de controlo do sujeito, definição essa que pressupõe a existência de seis componentes fundamentais: (1) acção intencional do sujeito, (2) deslocação no espaço, (3) causatividade, (4) modificação do objecto, (5) adlatividade e (6) posse resultante.

Que contributo poderá ter este tipo de análise para a clarificação dos mecanismos linguísticos e cognitivos que escoram o significado figurativo? O mais imediato será o de tornar patente a simetria entre dimensões naturais de experiência, como a posse/manipulação directa e a estrutura sintáctico-semântica do evento prototípico, o menos imediato, mas nem por isso difícil de provar, será o facto de a estrutura interna do evento prototípico constituir um modelo extensível a áreas experienciais não directamente intuitíveis através do mundo físico, como é o caso dos domínios da finança (*lucros são frutos*) e informação (*a informação é um fruto*), sub-modelos do modelo de posse abstracta que discutiremos nas secções subsequentes.

Porém, em consonância com o quadro de expectativas activadas pelo título desta secção, cumpre ainda fazer referência a um segundo fundamento experiencial, para além do físico-motor (já sobejamente referido), que emerge, com igual relevância, do complexo de dimensões interactivas que fazem parte integrante da experiência humana: a dimensão histórico-cultural, propriedade indissociável das categorias linguísticas²⁰. Se o enunciado: *O João colheu maçãs verdes* constitui uma estrutura sintáctico-semanticamente classificada como prototípica, ele é, simultaneamente, no universo referencial do sujeito falante, um cenário primordial, instanciador do domínio de experiência agrícola.

Na esfera da actividade humana a agricultura constituiu a força propulsora de emergência da *Primeira Vaga* civilizacional, através do domínio e racionalização do ecossistema. Mediante a activação da colheita agrícola, em detrimento da colheita natural, operou-se a conversão paulatina do

²⁰ Recorde-se, por exemplo, a relevância conferida à língua na concepção etno-cultural do conceito de «nação»: "... a cultura de cada nação não é outra coisa senão o conjunto de códigos de linguagem, dos símbolos, dos tipos de relações sociais, das instituições, das técnicas e igualmente dos modos de adaptação às influências do meio temporal e espacial que as singulariza como grupos humanos estáveis e de certa envergadura..." (Hermet, G 1996:118).

posicionamento rudimentar de mera recollecção, em actividade metódica, estruturada por um nexos de causa-efeito. Se esta foi a trave-mestra da expansão económica até à era industrial, tal importância estrutural manifestar-se-á, necessariamente, no plano semântico, *mutatis mutandis*. Cumpre, pois, na sequência desta afirmação, demonstrar como é que um verbo prototipicamente associado à satisfação das necessidades vitais de consumo e de enquadramento ecológico ampliou a constelação de valores semânticos a domínios que instanciam, na viragem do milénio, a satisfação de necessidades abstractas, intelectuais, morais e até comportamentais.

3. O modelo de posse abstracta

No uso corrente da linguagem, o conceito de posse funde-se, frequentemente, com a ideia de direito de propriedade²¹, bem como com as noções de haveres, de riqueza e de domínio. No plano teórico da semântica cognitiva, a referida noção é entendida, por Talmy (1988) como *dinâmica de força (force-dynamics)*, uma categoria com representação gramatical directa, tanto nas classes fechadas, como nas classes abertas de palavras. Assim configurada, a posse, ainda que prototipicamente física/material, é susceptível de extensão a referentes do plano abstracto. O verbo *colher* emerge, linguisticamente, como uma das inúmeras categorias linguísticas que assumem a função de *dispositivo de visualização* de relações abstractas entre o possuidor/controlador e a entidade possuída/controlada, tal como comprovará a análise dos sub-modelos *lucros são frutos* e *a informação é um fruto*.

3.1 O sub-modelo: *lucros são frutos*

Manifesta-se, no domínio financeiro, um sub-modelo de posse abstracta, linguisticamente representado pelo verbo *colher*, do qual é possível

²¹ Ainda que não directamente relevante para efeitos da análise em curso, cumpre salientar que, juridicamente, posse e propriedade constituem realidades distintas, isto é, possuidor e proprietário não se fundem necessariamente no mesmo titular. (Cf. A. Prata 1992:453).

abstrair um conjunto de inferências, recorrentes na elaboração de conceitos e processos que norteiam o *know-how* desta actividade:

- (9) ... os empresários portugueses do Sudoeste Asiático precisam primeiro de investir, de ganhar confiança local e de pensar, a longo prazo, antes de começarem a colher frutos. (*Express*, 99/19/08).
- (10) Jogar verde para colher maduro foi o conselho de Belmiro de Azevedo aos jovens empresários que constituíam grande parte da audiência, esta manhã, na Exponor... (*TSF*, 98/10/21)
- (11) ... um empresário que investe, gere, arrisca e colhe lucros tem o direito de usufruir deles... (*SIC, As Escolhas de Paulo Portas* 97/07/05)²².

Os exemplos transcritos estabelecem base suficiente para delinear-mos a arquitectura do *mapping* metafórico do sub-modelo *finança*, isto é, a lista de correspondências conceptuais entre o [D.O.] (colheita agrícola) e o [D.A.] (finança)²³. O diagrama de inferências que, a seguir se apresenta, não deverá, por conseguinte, ser interpretado como uma mera enumeração de correlações linguísticas. Utilizamos a proposta de representação gráfica de Rohrer (1997), na qual as setas que ligam o [D.O.] ao [D.A.] visam simbolizar o carácter dinâmico e activo da metáfora, enquanto processo de pensamento. E, antes de prosseguir, registre-se ainda que, no âmbito da análise que estamos a advogar, as palavras, em si, são de alguma forma secundárias, uma vez que a estas se sobrepõe a importância do mapa metafórico — trampolim impulsionador das transferências ontológicas entre domínios²⁴.

²² Os sublinhados são nossos.

²³ O exemplo em análise espelha claramente a recorrência e obrigatoriedade do raciocínio metafórico salientada por Carbonell (1982:424): "... metaphor helps to enrich the knowledge brought to bear in the comprehension process by transferring corresponding appropriate information from the more familiar adversary-conflict situation".

²⁴ Refere Lakoff (1992:5) que: "The metaphor is not just a matter of language, but of thought and reason. The language is secondary. The mapping is primary, in that it sanctions the use of the source domain and inference patterns for target domain concepts".

3.1.1 Traçar o mapa do sub-modelo *finança*, passa, então, fundamentalmente, por captar que elementos do [D.O.] se projectam no [D.A]: *lucros são frutos* — esta parece ser a mais central das correspondências ontológicas. O paciente *lucros* surge (tal como se pode ler em (6)), conceptualmente configurado como uma substância física concreta, directamente manipulável pelo agente. Tal concretização atribui-lhe as características de separabilidade, de periodicidade e reproduzibilidade. Por sua vez, o agente prototípico (agricultor) projecta-se na figura do investidor/empresário, convertendo-o em beneficiário do evento resultativo e, como tal, controlador e possuidor do objecto afectado. Deste modo, o esquema de posse, actualizado no sub-modelo em foco, permite estabelecer claras relações estruturais entre o Agente e o Paciente prototípicos e o Agente e Paciente da extensão metafórica. Vejamos, em forma diagramática, que elementos do domínio-origem (a colheita agrícola) se projectam no domínio da actividade financeira:

Actividade agrícola [D.O]	Actividade financeira/empresarial [D.A]
agente - agricultor	agente - empresário, investidor, tecnocrata
espaço físico - biosfera	espaço psico-social - tecnosfera
domínio das técnicas básicas de cultivo	domínio das técnicas básicas de investimento
interacção energética (manipulação directa)	interacção psico-dinâmica (manipulação abstracta)
posse prototípica - frutos	posse abstracta - lucros/proventos
separabilidade	possibilidade de mobilizar, transferir capital
periodicidade	vencimento dos depósitos a prazo ordem
reproduzibilidade	juro

Fig. (3) — Mapa metafórico do sub-modelo: *lucros são frutos*

O diagrama de correspondências metafóricas acima proposto permite visualizar a sistematicidade da transposição de sentido: INVESTIR/DEPOSITAR = SEMEAR (fazer um investimento de base e determinado negócio, ou depositar dinheiro num banco equivalerá a lançar a semente ao solo). Esperar que um negócio se expanda, ou deixar o dinheiro numa conta-poupança corresponderá ao tempo de germinação da planta; LUCRAR/SACAR = COLHER (reaver os dividendos decorrentes do investimento inicial, o capital depositado, acrescido de juros, corresponde à colheita dos frutos amadurecidos).

As correspondências operatórias explicitadas parecem suficientes para demonstrar a forma como ocorre a transferência semântica entre *frutos naturais* e *frutos financeiros*, os quais se pretendem, tal como o conceito prototípico, susceptíveis de produtividade.

3.1.2 Na sequência da orientação metodológica avançada em 1.1, nenhuma significação linguística se constroi independentemente das práticas humanas. Por conseguinte, a compreensão cabal da extensão semântica em análise suscita, também, breves considerações sobre a arquitectura moral e religiosa subjacente ao conceito de trabalho. Estruturado pela actividade agrícola primordial, o trabalho é, naturalmente, indissociável dos modelos morais e comportamentais que sustentam a Civilização Ocidental²⁵. Dita a tradição religiosa que o resultado do investimento humano será directamente proporcional ao esforço despendido, ou seja, numa óptica consequencialista, a recompensa ou o castigo constituem uma deliberação divina, mas serão, primeiramente, imputáveis ao ser humano²⁶. Se, no quadro de valores apresentado, toda a actividade laboral que é efectuada com método, sacrifício e investimento, supõe angariação de resultados positivos, não admira que, no campo negocial/financeiro, investir, gerir, arriscar, tenha como efeito *colher* (frutos/ lucros/resultados)²⁷. Aliás,

²⁵ O próprio Lakoff (1992:18), na sua descrição linguística da *event structure metaphor*, escreve que: “TRYING TO ACHIEVE A PURPOSE IS AGRICULTURE”, e, enumera algumas expressões linguísticas do inglês que reflectem esta metáfora conceptual: *It's time I reaped some rewards; A job is a plum; Those are fruits of his labour; the contract is ripe for the picking.*

²⁶ A referida dualidade consequencial encontramos-la explícita no texto bíblico, *Parábola do Joio*: “O semeador saiu para semear. Enquanto semeava, algumas sementes caíram à beira do caminho, e vieram as aves e comeram-nas. Outras caíram em sítios pedregosos, onde não havia muita terra, e logo brotaram porque a terra era pouco profunda; mas assim que o sol se ergueu, foram queimadas e desprovidas de raízes, secaram. Outras, caíram entre espinhos e os espinhos cresceram e sufocaram-nas. Outras caíram em boa terra e **deram fruto.**” *Bíblia Sagrada* (Mt 13: 1307). O negrito é nosso.

²⁷ Também Geeraerts (1997:16) faz alusão aos valores figurativos da categoria fruto: “Further, there is a range of figurative readings, including the abstract sense “the result of an outcome or an action (as in *the fruits of his labour* or *his work bear fruit*) or the somewhat archaic reading «offspring, progenity» (as in the biblical expression *the fruit of womb, the fruit of his loins...*). These meanings do not exist in isolation but they are related in various ways to the central sense to each other.”

a concepção de trabalho subjacente à *Terceira Vaga Civilizacional* supõe uma substituição da energia biológica pela capacidade mental, ao contrário das economias de *Primeira* e *Segunda Vagas*. Por conseguinte, afirmar que o trabalho dá frutos é, necessariamente, no âmbito da economia super-simbólica em que vivemos, uma extensão metafórica do significado prototípico de colher²⁸.

3.2 O sub-modelo: a informação é um fruto

Escreve M. Emanantian, jornalista do *Le Monde Diplomatique*, que: “... a informação é uma mercadoria cuja venda e difusão podem trazer importantes proveitos..” (Agosto de 1999). Considerando, porém, o plano particular da comunidade linguística portuguesa, a observação de contextos de uso mais recorrentes no discurso da actualidade dos *media*, permite afirmar que a *informação* não é uma mercadoria qualquer: a *informação* é um *fruto*, cujos proventos revertem a favor dos *grandes latifundiários* do espaço mediático: as agências noticiosas, as grandes cadeias de televisão e outros agentes económicos detentores de tecnologias de informação e comunicação:

- (12) *Não sou um teórico dos média, sou tão somente um jornalista e escritor que de há uns anos para cá se consagra a colher, a tratar e (a consumir) informação.. (TSF, 99/10/08).*
- (13) *... segundo as informações colhidas pelo «Diário Económico» nenhum grupo parlamentar parece disposto a aceitar esta medida. (Diário Económico, 96/01/15).*
- (14) *O dispositivo da Inter permite ainda monitorizar os diferentes sistemas do veículo e os respectivos intervalos de manutenção, colher informações sobre acidentes, emitir pedidos de assistência na entrada... (Público, 99/04/02).²⁹*

²⁸ Encontramos correspondência directa entre esta metáfora e a metáfora de Lakoff, “LABOR IS A RESOURCE” (1980: 66): “The perfect model of this is the assembly line, where the raw material comes in at one end, labor is performed in progressive stages, whose duration is fixed by the speed of the line it self, and products come out at the other end.” Neste caso, o modelo experiencial que Lakoff vai buscar é muito mais recente, na medida em que se fundamenta na concepção de trabalho pós-revolução industrial.

²⁹ O sublinhado é nosso.

Tal como no sub-modelo analisado em 3.1, encontra-se, por detrás dos enunciados supra-transcritos, uma complexa rede de conexões não proposicional, ou seja, as expressões metafóricas sublinhadas são meras realizações de superfície do mapa metafórico que estrutura os enunciados (12), (13) e (14). O mapa metafórico apresentado na fig. (4) expõe as principais correlações que se estabelecem entre domínios:

Actividade agrícola [D.O]	Actividade jornalística/de investigação [D.A]
agricultor	jornalista, investigador, cibernauta, «ciber-pirata»
espaço físico - biosfera	espaço psico-social/mental - infoesfera
domínio das técnicas básicas de cultivo	domínio das técnicas básicas de comunicação, investigação, navegação na <i>net</i>
interacção energética (manipulação directa)	interacção psico-dinâmica (manipulação abstracta)
posse prototípica - frutos	posse abstracta - informação
periodicidade	a informação surge em intervalos regulares
efemeridade	a informação é transitória, perece, transforma-se
reproduzibilidade	a informação multiplica-se e propaga-se

Fig. (4) — Mapa metafórico do sub-modelo: *a informação é um fruto*

De acordo com o mapa traçado, os atributos do [D.O.] são agora reconfigurados com vista a acomodar um outro [D.A.]. No plano esquemático, a posse abstracta configurada por esta extensão de sentido preserva a lógica interna do [D.O.], pressupondo um vector de força que desloca o objecto para o interior da esfera de controlo do sujeito (esquema de imagem bi-direccional). Mas, se a explicitação desta operação cognitiva geral for analisada com maior pormenor, encontraremos provas linguísticas da importação estruturada do cenário de expectativas pelo [D.A.]. Primeiro, o lugar do produtor/agricultor passa a ser preenchido pelo jornalista/profissional da comunicação (ou, por todo o sujeito falante, enquanto ser social), que intencionalmente *colhe*, não produtos agrícolas, mas *informação*. Segundo, se, como vimos, no plano esquemático, a *informação* é entendida, à semelhança do paciente arquetípico do verbo *colher*, como entidade estática³⁰,

³⁰ Note-se que entender a *informação* como entidade estática é uma inferência válida no âmbito do modelo metafórico em análise. Todavia, tal como refere Rohrer (1997: 200), esta pode ser também entendida como uma entidade dinâmica, um processo, uma força combustível: *the fuel of the future*, diz o investigador.

daqui decorrerá, necessariamente, uma importante analogia estrutural: a extensão da posse/propriedade física ao mundo intelectual. Reconstruímos, deste modo, o raciocínio analógico que autoriza a conceptualização da categoria linguística *informação* como *bem de consumo, propriedade e património* daquele que a OBTÉM/ COLIGE/ COLHE. E, fica também patente a preservação, via metáfora, das propriedades descritivas do paciente do [D.O]: forma, matéria e dimensão, *i.e.*, uma substância manipulável (compacta e tri-dimensional), visualizável e estruturalmente análoga à espécie biológica *fruto* (por isso, também perecível).

Na sociedade de *Terceira Vaga* em que vivemos, os *media*, em geral, e o ciber-espço, em particular, emergem como *ecossistemas* habitados pelo conhecimento, ideias, *informação*, valores correctos e incorrectos, territórios tendencialmente detentores da sua própria soberania, campos amorais onde está *semeado* o trigo e o joio, sendo reservada ao homem autonomia de escolha relativamente ao que pretende filtrar ou *colher*.

Em suma, a resenha das principais analogias estruturais que conferem lógica e sistematicidade aos dois sub-modelos de posse abstracta analisados, parece legitimar a hipótese de que a utilização metafórica do domínio da actividade agrícola, no plano conceptual e linguístico, é um forte indicador da relevância cultural do mesmo. Tal relevância é patente, quer no âmbito da Civilização Ocidental, quer no plano restricto da comunidade linguística portuguesa, podendo ser também inferida com base no confronto entre as Vagas Civilizacionais e os respectivos valores de troca:

BIOSFERA	1.ª Vaga Civilizacional Revolução Agrária	Valor de troca — Produtos agrícolas
TECNOSFERA	2.ª Vaga Civilizacional Revolução Industrial	Valor de troca — Capital
INFOSFERA	3.ª Vaga Civilizacional Revolução Tecnológica e Informática	Valor de troca — Informação

Fig . (5) — Vagas Civilizacionais e seus valores de troca

Ficam assim explicitadas as motivações histórico-económicas que sustentam a lógica interna dos sub-modelos metafóricos estudados em 3.1 e 3.2. Na *Primeira Vaga Civilizacional* foram os produtos agrícolas a

“mercadoria” de troca, já que os bens da terra determinavam o poder e a riqueza dos seus possuidores, ao mesmo tempo que, num plano lato, ditavam a maior ou menor supremacia económica das nações. Mais tarde, a conjuntura da Revolução Industrial criou a infra-estrutura necessária à emergência do capital, enquanto principal valor de troca. Hoje, é sobejamente divulgado que o futuro económico das nações dependerá do grau de sofisticação da infra-estrutura informática e de comunicação, e da *posse* e manipulação hábil desta realidade super-simbólica, por parte dos seus cidadãos.

4. Uma aritmética moral de *custo-benefício*

A análise desenvolvida em 3.1 e 3.2 revelou que os raciocínios de inferência que sustentam os dois sub-modelos (*lucros são frutos* e a *informação é um fruto*) se alicerçam em elementos topológicos e ontológicos do [D.O.], tendo ficado claro que existe uma certa invariância por parte dos elementos transpostos para o [D.A.] Consideraremos agora o modelo de *aritmética moral*, restringindo-o, naturalmente, a realizações linguísticas construídas com o verbo *colher*.

Em Mt.13, o ciclo da actividade agrícola surge transposto para a vida dos homens, a qual, de acordo com a fé cristã, não termina com a morte³¹. Sugere-se, neste texto bíblico, que a *colheita* simboliza o fim do mundo — *o dia do juízo final*, tal como pode ser lido no excerto explicativo da *Parábola do Joio*: “*Aquele que semeia a boa semente é Filho do Homem; o campo é o mundo, a boa semente são os filhos do reino; o joio são os filhos do maligno e o inimigo que o semeia é o diabo. A ceifa é o fim do mundo e os ceifeiros são os anjos. Assim, pois, como o joio é colhido e queimado no fogo, assim será o fim do mundo.*” A evocação deste extracto revela que, de facto, o código de moralidade, enquanto conjunto de opiniões éticas e de normas de conduta da vida pessoal e social, mais ou menos impostas ao(s) indivíduo(s), constitui, também, dada a sua

³¹ Os dois domínios em referência são um exemplo claro da estruturação do conceito abstracto *ressureição*, através de uma área de experiência física directa. A metáfora adquire, nesta perspectiva, um estatuto particular, tal como refere Johnson (1987: xv): “... metaphor is not merely a linguistic mode of expression; rather, it is one of the chief cognitive structures by which we are able to have coherent, ordered experiences that we can reason about and make sense of.”

natureza abstracta, um domínio claramente estruturado por uma rede de inferências metafóricas patentes no plano linguístico, de entre as quais emerge a relevância do domínio agrícola, enquanto domínio estruturador da conduta humana³².

Daqui emerge também a leitura de que as acções do homem atingem, tal como as plantas, a maturidade, sendo então contabilizadas e *colhidas* por Deus, que reserva para si a decisão soberana. Parece ser esta uma das mais imediatas evidências de que o verbo *colher* configura, através dos seus provérbios, um domínio experiencial favorável à transmissão de valores integrantes do código de moralidade. Apoiados na proposta Lakoff (1996)³³, consideraremos dois esquemas: o esquema moral da restituição: conforme semeares, assim colherás e o esquema moral da retribuição: quem semeia ventos colhe tempestades.³⁴

4.1 O esquema moral da restituição: *conforme semeares, assim colherás*

“Proverbiar” é, talvez, no âmbito do discurso coloquial, um dos principais veículos linguísticos usados para exprimir e modelar as mais basila-

³² Sobre a estruturação metafórica do código moral consulte-se a obra de Johnson (1993) *Moral Imagination, Implications of Cognitive Science for Ethics*. Eis algumas conclusões defendidas pelo autor: “... morality is metaphoric through and through. Our folk models of morality are based on systematic metaphors. Our mundane, mostly automatic and unreflective moral understanding and reasoning are inextricably tied up with metaphors. And even our ‘pure’ rationalistic theories of morality are shoot through with metaphor.” (Johnson, 1993:76).

³³ No entender de Lakoff (1996), a metáfora da contabilidade moral (moral accounting) constroi-se a partir de vários esquemas morais básicos: reciprocidade, retribuição, restituição, vingança e altruísmo.

³⁴ Cumpre antes, porém, explicitar o que se entende por *restituição* e de que forma este conceito se pode distinguir do conceito de *retribuição*. Parece-nos que, ainda que à primeira vista sinonímicos, a noção de *restituição* se confina, tão somente, a um restabelecimento da ordem natural, à entrega de algo/alguma coisa a alguém que tem direito à sua posse, supondo-se, que a transacção de valores seja equilibrada/simétrica: aquele que dá, receberá exactamente na mesma proporção. Por seu lado, a noção de *retribuição*, ainda que pressuponha de igual forma retorno, evoca, simultaneamente, a possibilidade de uma compensação ou penalização assimétrica. Por outras palavras, *restituição* pressupõe uma concepção não equitativa da causa e da consequência, tratando-se, assim, de uma aritmética da multiplicação.

res normas de conduta da vida comunitária³⁵. O enunciado proverbial, antecipado pelo título desta secção, plasma, de modo categórico, as causas e consequências das formas de actuação humana. Em tom de advertência, de guia de acção e de conduta moral e social, o provérbio *conforme semeares, assim colherás*, reflecte uma forma típica de troca (comutação) entre o que se dá e o que se recebe. Encontra-se aqui traduzida uma concepção de moralidade tradicional/bíblica, de acordo com a qual se exige igualdade de proporção entre os esforços investidos por 'x' e os méritos e vantagens que em troca se obtêm³⁶. Vejamos, então, a lista das mais genéricas correspondências ontológicas entre o domínio da conduta moral e o domínio da actividade agrícola:

Actividade agrícola [D.O]	Conduta moral [D.A]
agricultor	ser social
respeito pelo calendário de sementeira	respeito pelas normas morais instituídas
colheitas	méritos, vantagens, resultados, lucros

Fig. (6) — Esquema moral da restituição: *conforme semeares, assim colherás*

³⁵ Para uma reflexão crítica sobre estereótipos, “topoi” e provérbios, leia-se M. Vilela (1999:289-314). Aqui o autor delimita claramente o âmbito da noção de provérbio: “Os provérbios não são simples unidades fraseológicas: são formas que assinalam um emprego específico, que têm uma função particular, a de reforçar, explicitar, documentar, dar foros de autoridade a uma afirmação outra que não a contida no seu conteúdo próprio. São unidades codificadas que nomeiam um conceito geral, consituindo um corpo de leis (= decorrentes da sabedoria popular), em que as línguas convergem mais no conteúdo do que na forma”. (*Ibidem*, 299).

³⁶ Esta análise converge, aliás, com o comentário que Ana Lopes (1995: 87) faz do provérbio em foco: *Como semeares, assim colherás*: “Paralelamente, se o provérbio assere categoricamente uma relação entre o modos de semear e os modos de colher (como semeares, assim colherás), o conhecimento de uma situação episódica protagonizada por X, que instancia a situação-tipo ‘semear de modo y’, permite-nos obter a informação acerca de uma futura actuação episódica protagonizada pelo mesmo X, que instancia uma situação tipo ‘colher’”. Parece-nos que estas observações são extensíveis a máximas como: *O preguiçoso não lavra no Inverno, procurará no tempo da colheita, mas não achará*; ou: *Quem observa o vento não semeia, quem olha as nuvens não ceifa*, qualquer uma das quais configura uma *matemática moral* identificável com a *Lei de Talião* (antigo sistema punitivo que consistia em infligir ao responsável por um acto ilícito o mesmo dano causado à vítima).

Fica patente a similaridade estrutural entre os dois domínios. Lê-se aqui, por um lado, uma advertência que pode ser literal: no domínio físico da actividade agrícola é necessário respeitar um calendário específico, isto é, os trabalhos de sementeira terão de ser feitos atempadamente, para que a colheita seja bem sucedida. Mas, também se pode extrapolar o sentido literal e, por projecção metafórica, entender que o relaxamento de 'x', no sentido de uma ausência de planeamento das suas obrigações, ir-se-á, necessariamente, repercutir numa ausência, ou obtenção tardia dos efeitos desejados. Poderemos, por conseguinte, admitir que estas concepções tenham ainda por base um outro fundamento experiencial, que Johnson (1987: 95) designou como *balance schema*³⁷ (*esquema de equilíbrio*) — uma estrutura pré-proposicional que configura a ideia de equilíbrio — e que, como se pode verificar, se projecta em domínios abstractos da experiência humana (neste caso concreto, na conceptualização da justiça e da moral, tal como ela é proclamada e apregoada por autoridades religiosas e laicas). Logo, torna-se possível afirmar que a dinâmica bi-direccional de *colher* prototípico continua a revelar-se uma dimensão invariante (mesmo quando estamos em presença de uma extensão de sentido).

4.2 O esquema moral da retribuição: *quem semeia ventos colhe tempestades*

Ao que tem dar-se-á e terá com abundância, ao que não tem ser-lhe-á tirado até mesmo o que não tem... são palavras retiradas da bíblica *Parábola dos Talentos*, as quais sugerem que às atitudes, condutas e acções humanas é atribuído um *peso*. Como já foi dito, assume-se que, na Civilização Ocidental, as acções praticadas pelos homens são numericamente quantificáveis (Johnson 1987:95) e, por isso, os seus efeitos são, naturalmente, susceptíveis de avaliação quantitativa:

- (15) *Senhor Bill Clinton /.../ neste momento não estou a pensar em nada de tão deliberado como uma conspiração. Lembro-me é de um velho ditado: 'Quem semeia ventos colhe tempestades'. (Público, 6-09-98)*³⁸

³⁷ Johnson (1987:74) considera que a concepção de «equilíbrio» é uma estrutura pré-conceptual das mais básicas: "The experience of balance is so pervasive and absolutely basic for our coherent experience of our world and our survival in it that we are seldom aware of its presence. /.../ balance metaphorically interpreted also holds together several aspects of understanding of our world."

³⁸ O subinhado é nosso.

O provérbio agora em análise sugere uma assimetria entre a causa e a consequência: a sanção infligida àquele que comete o delito, não é, de acordo com a lógica interna do esquema que lhe subjaz, paga na mesma proporção, mas sim, multiplicada. Vejamos, em forma diagramática, as principais correspondências analógicas:

Actividade agrícola [D.O]	Conduta moral [D.A]
agricultor	ser social
vento/semente	discórdia
tempestade/colheita	castigo/punição

Fig. (7) — Esquema moral da retribuição: *Quem semeia ventos, colhe tempestades*

Da intersecção de domínios-origem resulta, como se pode ver, um conjunto de correspondências estruturais: encontram-se aqui articulados dois domínios de experiência física: o domínio experiencial agrícola (*semear/colher*) e o domínio experiencial dos fenómenos atmosféricos (*vento/tempestade*). De acordo com as dimensões estruturantes de cada um dos domínios-origem, *semente* e *vento* constituem elementos geradores (causa) e *trigo* e *tempestade*, elementos gerados (consequência).

À discórdia ou castigo é conferida uma dimensão espacial que permite a *visualização*, quantificação e avaliação dos resultados de um comportamento em dissonância com o código de valores instituído. Em (15), a imagem genérica sugerida, aplicada a um quadro situacional específico, permite compreender que Bill Clinton terá sido, em virtude das acções cometidas, o agente impulsionador do escândalo que recaiu sobre a sua imagem de presidente. A lógica moralista da retribuição negativa poderá ser então definida como: quem causar mal estar a outrem, receberá, mais cedo, ou mais tarde, a punição pela injúria cometida

Para finalizar, verifica-se que, no plano esquemático, o paciente do [D.A.] (*castigo, ou punição*) adquire, via metáfora, a configuração de substância quantificável, e que a projecção da trajectória de *colher* no [D.A.] estrutura a compreensão dos efeitos resultativos da intervenção do agente. O conceito *castigo* adquire características similares aos danos provocados por uma tempestade atmosférica, os quais recaem, por analogia espacial com o evento prototípico, directamente sobre o agente. É deste modo que

o movimento bi-direccional da interacção prototípica, correspondente a um valor adlativo (orientação em direcção ao sujeito), se revela uma invariante.

5. Conclusões e perspectivas

A proposta de análise que aqui se delineou é corolária da necessidade urgente de re-orientação do estudo da metáfora que a semântica cognitiva tem vindo a advogar. No presente artigo, procurou-se, através da micro-análise de dois dos modelos metafóricos incorporados pelo verbo *colher*, salientar a particular pertinência do estudo da metáfora da linguagem quotidiana. A análise levada a cabo permite validar as seguintes conclusões:

5.1 A partir do centro prototípico, irradiam extensões semânticas estruturadas por um esquema de imagem bi-direccional, verificando-se que a experiência sensorio-motora tem um papel relevante e organizador da significação lexical do verbo.

5.2 O domínio experiencial agrícola exerce uma função estruturadora na conceptualização laboral e na categorização das mutações histórico-económicas das sociedades de *Terceira Vaga*, que se estão a tornar conhecimento-intensivas e, por consequência, super-simbólicas. A metáfora, enquanto modelo cognitivo idealizado e, por isso, ao serviço da linguagem, mas, sobretudo, ao dispor da mente, cumpre a função de interpretar, estruturar e exprimir a experiência humana nas suas crescentemente complexas vertentes:

5.2.1 O modelo de posse abstracta: para além de exprimir *posse prototípica*, concretamente configurada pelas mãos (a parte do corpo mais directamente interveniente no controlo e na manipulação), presentemente, o verbo *colher* estende-se à expressão da posse abstracta, ao converter-se em dispositivo de visualização de domínios de actividade humana que não operam directamente com a realidade sensível, como é o caso dos submodelos *lucros são frutos* e *a informação é um fruto*.

5.2.2 O modelo de aritmética moral: comprova-se, a partir da análise deste ICM, que, no paradigma experiencial herdado da *Civilização de Primeira Vaga*, dentro do qual se incluem concepções teológicas e bíblicas

profundamente enraizadas na Civilização Cristã Ocidental, e na sociedade portuguesa em particular, este verbo funciona como operador conceptual para a categorização de uma concepção moral da acção humana, sustentada por uma aritmética de custos-benefícios. Os provérbios analisados em 4.1 e em 4.2 ilustram uma imagética social que configura as consequências da infracção de determinadas normas de conduta que regem a vida pessoal e social.

Cumpra ainda considerar algumas questões metodológicas: será que uma teoria geral da metáfora, que transcende a mera consideração das expressões linguísticas e se dedica à caracterização dos mapas (*mappings*) inter-domínios, não é ela própria uma metodologia demasiado vaga? Tal com Rohrer (1997) refere, torna-se inevitável um certo grau de *vaguidade*, uma vez que os sistemas metafóricos são entidades dinâmicas sujeitas ao fluir constante das línguas naturais. No entanto, verificou-se, a partir da análise de 4.1 e 4.2, que os mapas metafóricos são sistemas com elevado grau de estruturação, e que o exercício semântico de explicação dos mesmos constitui, indubitavelmente, uma tarefa indispensável tanto ao estudo das manifestações convencionalizadas de uma língua, como ao estudo dos aspectos idiossincráticos e estéticos³⁹.

Por último, poder-se-á ainda equacionar a seguinte questão: haverá tendência para uma obsolescência do sentido prototípico do verbo *colher*? Talvez a dinâmica e o funcionamento da sociedade actual venha a contribuir, de alguma forma, para a sua fossilização a longo prazo⁴⁰. Indiscutível é, todavia, o facto de uma grande parte das ocorrências sincrónicas do verbo serem interpretadas com base numa imagem metafórica. E inquestionável é também a necessidade humana de conferir um substracto material às representações a que não corresponda nenhum dado sensorial concreto.

³⁹ Lembramos, mais uma vez, que para Lakoff (1992:1) a metáfora literária constitui uma extensão da metáfora convencional, e não o contrário, como se possa pensar.

⁴⁰ Parece interessante registar que, de acordo com o semanário *Expresso* de 99/12/11 (2.º Caderno de Economia), as crianças da U.E. vêem o agricultor como um avô: "... associam a imagem do agricultor a um «avô» muito ocupado /.../ 65% acham-no muito velho». O mesmo artigo relata as dúvidas das crianças face à proveniência do algodão e do açúcar. Mais diz o mesmo artigo: "Entre os sonhos do que querem ser quando forem grandes, a agricultura está banida...". Este tipo de dados parece ser um valioso indicador da mudança que esta categoria verbal pode vir a sofrer.

A teoria contemporânea da metáfora reclama o reconhecimento da sua centralidade na semântica da linguagem quotidiana. Como tal, afigura-se urgente e necessária, no quadro da linguística nacional, a investigação dos principais sub-modelos metafóricos que subjazem ao sistema conceptual do português.

Joana Alexandra Fernandes

BIBLIOGRAFIA

- CARBONELL, Jaime (1982) «Metaphor: An Inescapable Phenomenon in Natural — Language Comprehension», in W. Lehnert, W. & M. Ringle (eds.), *Strategies for Natural Language Processing*, New Jersey, Lawrence Erlbaum Associates, pp. 415-433.
- DAMÁSIO, António R. (1994) *O Erro de Descartes: Emoção, razão e cérebro humano*, Mem Martins, Publicações Europa América.
- DUCROT, Oswald; TZEVEAN, Todorov (1991) *Dicionário de Ciências de Linguagem*, Lisboa, Dom Quixote.
- GEERAERTS, Dirk (1997) *Diachronic Prototype Semantics: A contribution to Historical Lexicology*, Oxford, Oxford University Press.
- GOATLY, Andrew (1997) *The Language of Metaphor*, London, Routledge.
- FERNANDES, Joana (1998) *O Verbo Colher: Uma Abordagem Cognitiva em Semântica Lexical*, Dissertação de Mestrado, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- (1999) «A Contribution to the Study of Metaphor in Economy and Management Language: «liquid metaphors» and «scale schemas», Ana Valle & Paloma Zurita (eds.) *Enfoques teóricos y prácticos de las lenguas aplicadas a las ciencias y a las tecnologías*, Cádiz, Departamento de Filología Francesa e Inglesa da Universidade de Cádiz, pp. 212-218.
- HERMET, Guy (1996) *História das Nações e do Nacionalismo na Europa*, Lisboa Editorial Estampa.
- JOHNSON, Mark (1987) *The Body in the Mind. The Bodily Basis of Meaning, Imagination and Reason*, Chicago, The University Chicago Press.
- (1993) *Moral Imagination, Implications of Cognitive Science for Ethics*, Chicago, The University Chicago Press.
- LAKOFF, George; JOHNSON, Mark (1980) *Metaphors we live by*, Chicago, The University of Chicago Press.
- LAKOFF, George (1987) *Women, Fire, and Dangerous Things. What Categories Reveal about the Mind*, Chicago, The University of Chicago Press.

- (1992) *A contemporary Theory of Metaphor* [Internet, www].
http://www.ac.wvu.edu/~market/semiotic/lkof_met.html, pp. 1-37.
- (1996) «The Metaphor System for Morality», Adele E. Goldberg (ed.) *Conceptual Structure, Discourse and Language*, Stanford/ California, CSLI Publication, pp. 249-266.
- LANGACKER, Ronald W. (1987) *Foundations of Cognitive Grammar*, Vol. 1, *Theoretical Prerequisites*, Stanford, Stanford University Press.
- (1991) *Foundations of Cognitive Grammar*, Vol. 2, *Descriptive Application*, Stanford, Stanford University Press.
- LE GUERN, Michel (1973) *La Sémantique de la métaphore et de la métonymie*, Paris, Librairie Larousse. Trad. Port. (1974), *Semântica da Metáfora e da Metonímia*, Telos, Porto.
- LOPES, Ana C. Macário (1995) «Da ambivalência do texto proverbial», *Discursos* 10, pp. 77-94.
- PRATA, Ana (1992) *Dicionário Jurídico*, Coimbra, Almedina.
- ROHRER, Tim (1997) «Conceptual Blending on the Information Highway:How Metaphorical Inferences Work», Wolf-Andreas Liebert (ed.) *Discourse and Perspective in Cognitive Linguistics*, Amsterdam, John Benjamins Publishing Company, pp. 185-203.
- ROSCH, Eleanor (1977) «Human Categorization», in N. Warren (ed.), *Studies in Cross Cultural Psychology*, vol.1, New York, Academic Press, pp. 1-49.
- SILVA, Augusto (1992) «Metáfora, metonímia e léxico», *Diacrítica* 7, pp. 313-330.
- (1997) *A semântica de Deixar, uma contribuição para a análise cognitiva em semântica lexical*, Dissertação de Doutoramento, Braga, Faculdade de Filologia da Universidade Católica Portuguesa.
- SOKAL, Alan; BRICMONT, Jean (1999) *Impostures intellectuelles*, s.l., s/e. Trad. Port. (1999) *Imposturas Intelectuais*, Lisboa, Gradiva.
- TALMY, Leonard (1988) «Force dynamics in Language and Cognition», *Cognitive Science* 12, pp. 49-100.
- TOFFLER, Alvin (1980) *The Third Wave*, s.l., s/e., Trad. Port. (1984), *A Terceira Vaga*, Lisboa, Livros do Brasil.
- (1990) *Powershift*, s.l., s/e., Trad. Port. (1991), *Os Novos Poderes*, Lisboa, Livros do Brasil.
- UNGERER, Friedrich; SCHIMD, Hans-Jörg (1996) *An Introduction to Cognitive Linguistics*, London and New York, Longman.
- VILELA, Mário (1997) «Do “campo lexical” à explicação cognitiva: RISCO e PERIGO», *Diacrítica* 11, pp. 639-666.
- (1999) «O seguro morreu de velho: contributo para uma abordagem cognitiva», *Actas do 1.º Encontro Nacional de Linguística Cognitiva*, pp. 289-314.